

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 018/2017

Aos vinte e dois dias do mês de março do ano de dois mil e dezessete, nesta cidade de Santana de Parnaíba, compareceram as partes entre si contratadas, a saber: de um lado o **MUNICÍPIO DE SANTANA DE PARNAÍBA**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº 46.522.983/0001-27, com sede na Praça Monte Castelo, nº 04, Centro, Santana de Parnaíba/SP, neste ato representada por seu Prefeito Municipal **ELVIS LEONARDO CEZAR**, doravante denominada simplesmente **CONTRATANTE**, considerando o julgamento do PREGÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 002/17, e a respectiva homologação, do Processo Administrativo nº 002/17, RESOLVE registrar os preços da Empresa **JV – ALIMENTOS LTDA.**, inscrita no CNPJ sob nº 05.471.234/0001-30, com sede na Rua Manoel de Avila, nº 224, Maranhão, São Paulo/SP, CEP-03072-030, neste ato representada por seu Procurador o Senhor **GILSON BATISTA DE SANTANA**, brasileiro, divorciado, portador da Cédula de Identidade R.G. nº 10.729.144-7-SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob nº 034.034.518-79, doravante denominada simplesmente **DETENTORA DO REGISTRO**, atendendo as condições previstas no instrumento convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando se as partes às normas constantes na Lei Federal nº. 10.520, de 17 de Julho de 2002, aplicando-se, subsidiariamente, no que couberem, as disposições da Lei federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei Municipal nº 2.700 de 10 de Fevereiro de 2006, do Decreto Municipal nº 2.794 de 13 de Fevereiro de 2006, e dos Decretos 2805/06, 3286/11 e 3360/11 a respeito do registro de preços e pela Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006 alterada pela 147/14 e em conformidade com as disposições a seguir:

CLÁUSULA I - DO OBJETO

1.1. O presente instrumento tem por objeto o Registro de Preços para o fornecimento parcelado de **CESTAS BÁSICAS** para distribuição à munícipes carentes, em atendimento ao Fundo Municipal de Assistência Social – Vinculado a Secretaria Municipal de Assistência Social – SMAS, pelo período de 12 meses, conforme Anexo I – Termo de Referência, e nas especificações do Edital do Pregão Presencial nº 002/17, os quais fazem parte integrante desta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA II - DOS PRAZOS, CONDIÇÕES E LOCAL DE ENTREGA

2.1. Dos prazos

- 2.1.1.** De vigência do registro de preços: 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura da Ata de Registro de Preços.
- 2.1.2.** Do fornecimento: em até 05 (cinco) dias, contados a partir da data de emissão do pedido de compra ou da nota de empenho.

2.2. Do Fornecimento

- 2.2.1.** O fornecimento dar-se-á em local previsto no subitem 2.4.1, de acordo com as solicitações da Secretaria Municipal de Assistência Social, com antecedência mínima de 05 (cinco) dias.



**PREFEITURA DE
SANTANA DE PARNAÍBA**

Estado de São Paulo

- 2.2.2.** A Secretaria envolvida nesse certame solicitará antecipadamente a quantidade exata das unidades do produto, de acordo com a necessidade.
- 2.2.3.** A empresa detentora do Registro de preços compromete-se a assumir e desempenhar adequadamente todas as atribuições inerentes ao fornecimento do objeto, tais como:
- a)** Fornecedor do objeto, de acordo com a descrição estabelecida no Memorial Descritivo – Anexo I, e com a proposta comercial apresentada;
 - b)** Responsabilizar-se pelo controle qualitativo e quantitativo do objeto que integra o escopo de fornecimento;
 - c)** Responsabilizar-se por todos os ônus, encargos, perdas e danos em virtude do fornecimento dentro do padrão técnico solicitado;
 - d)** Indicar um preposto devidamente habilitado, com poderes para representá-la em tudo o que se relacionar com o fornecimento.
- 2.2.4.** O fornecimento dos produtos constantes nesse registro de preços será de forma parcelada por um período de 12 meses.

2.3. Das condições de entrega

- 2.3.1.** O objeto da presente licitação será recebido em até 05 (cinco) dias contados da data da solicitação, no local e endereço que serão definidos com base no item 2.4, acompanhado da respectiva nota fiscal/fatura.
- 2.3.2.** Por ocasião da entrega, a Contratada deverá colher no respectivo comprovante a data, o nome, o cargo, a assinatura e o número do Registro Geral (RG), emitido pela Secretaria de Segurança Pública, ou qualquer outro número e documento oficial que identifique o servidor Contratante responsável pelo recebimento dos produtos.
- 2.3.3.** Constatadas irregularidades, defeitos ou não conformidade, os produtos serão considerados não entregues e a contagem do prazo de entrega não será interrompida em decorrência de produto rejeitado, arcando a detentora do registro de preços com todo o ônus decorrente deste atraso.
- 2.3.4.** A respeito de qualquer não concordância na entrega a Contratante ainda poderá:
- a)** se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;
 - b)** se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis.
- 2.3.5.** O recebimento do objeto dar-se-á definitivamente uma vez verificado o atendimento integral da quantidade e das especificações contratadas; e a Contratada poderá, a seu interesse, solicitar o Atestado de Capacidade Técnica a esta Prefeitura.



PREFEITURA DE SANTANA DE PARNAÍBA

Estado de São Paulo

2.3.6. O recebimento definitivo de que trata o subitem **2.3.5**, não exige a detentora do registro e/ou fabricante das responsabilidades legais caso uma ou mais unidades dos produtos que são objeto desta Licitação, apresentem defeito de fabricação, problemas de qualidade, ou desconformidade com as especificações contidas no **anexo I**, no ato da abertura da embalagem;

2.3.6.1. A fim de remediar o constante no subitem **2.3.6**, a Contratada deverá efetuar a substituição do(s) referido(s) iten(s), em até 05 (cinco) dias contados da notificação desta prefeitura, sem qualquer ônus para esta municipalidade e independentemente da aplicação das sanções previstas na Ata de Registro de Preços;

2.3.7. Correrão por conta da detentora do registro de preços as despesas no que diz respeito a seguro, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes do fornecimento e pela entrega dos materiais, devendo a Contratada enviar a quantidade necessária de pessoas para que a entrega ocorra sem prejuízo das atividades normais da Prefeitura;

2.3.8. O transporte dos produtos dar-se-á em veículos apropriados para esta finalidade, observadas as condições de zelo, manuseio e conservação recomendados a fim de evitar danos.

2.4. Do local de entrega

2.4.1. O fornecimento dar-se-á nos locais, situados neste município, nos endereços abaixo ou em outro local dentro do município de Santana de Parnaíba – SP, conforme orientação da Secretaria Requisitante.

Almoxarifado 01 – Rua João Santana Leite, nº 560, Campo da Vila;

Almoxarifado 02 - Avenida Brasil, nº385, Jardim São Luiz;

Almoxarifado 03 - Estrada Tenente Marques nº 5431, Fazendinha;

Almoxarifado 04 - Rua João Santana Leite, nº 470, Campo da Vila;

CRAS Fazendinha - Estrada Ana Procópio, nº 116, Cento e Vinte;

CRAS São Pedro – Av. das Conchas, nº751, Cidade São Pedro;

CRAS Casa das Famílias - Rua Moacir da Silveira, nº954, Jd Isaura.

CLÁUSULA III – DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. A Ata de Registro de Preços não obriga a Prefeitura do Município de Santana de Parnaíba a firmar contratação na quantidade estimada, podendo ocorrer licitações específicas para o fornecimento do objeto, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada preferência de fornecimento ao detentor do registro, em igualdade de condições.

3.2. O fornecedor será liberado do compromisso assumido, caso comprove mediante requerimento fundamentado com apresentação de comprovantes (notas fiscais de aquisição de matérias primas, listas de preços de fabricante, etc.), que não pode cumprir as obrigações assumidas devido ao preço de mercado ter se tornado superior ao preço registrado.



**PREFEITURA DE
SANTANA DE PARNAÍBA**

Estado de São Paulo

- 3.3. Na hipótese de não-aceitação da justificativa apresentada, será aplicada a penalidade correspondente à inexecução total – 30% (trinta por cento) sobre o valor constante da nota de empenho – caso a empresa não mantenha o compromisso assumido.
- 3.4. Em qualquer hipótese, os preços decorrentes da revisão não poderão ultrapassar os praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta do fornecedor e aquele vigente no mercado à época do registro – equação econômico-financeira.
- 3.5. Será considerado preço de mercado o que for igual ou inferior à média daqueles apurados pela Prefeitura para o objeto pesquisado.
- 3.6. O preço ofertado é fixo e irrevogável.

CLÁUSULA IV – DO CANCELAMENTO E DA RESCISÃO DO REGISTRO DE PREÇOS

- 4.1. A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, no todo ou em parte, nas situações referidas na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações no artigo 13 do Decreto Municipal nº 3.286/11 e no artigo 8º da Lei Municipal nº 2700 de 10 de Fevereiro de 2006.
 - 4.1.1. A inexecução total ou parcial da Ata de Registro enseja a sua rescisão, conforme disposto nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666/93.
 - 4.1.1.1. Os casos de rescisão serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.
- 4.2. A rescisão poderá ser:
 - 4.2.1. determinada por ato unilateral e escrito da Prefeitura, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei 8.666/93, notificando-se a licitante vencedora com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias; ou
 - 4.2.2. amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Prefeitura; ou
 - 4.2.2. judicial, nos termos da legislação vigente sobre a matéria.
- 4.3. A rescisão administrativa ou amigável será precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.
- 4.4. À detentora do registro de preços que se recusar a assinar a Ata de Registro, injustificadamente, serão aplicadas, a critério da Prefeitura, as penas previstas neste termo;



**PREFEITURA DE
SANTANA DE PARNAÍBA**

Estado de São Paulo

CLÁUSULA V – DAS OBRIGAÇÕES DA ADJUDICATÁRIA

5.1. A empresa cujo preço seja registrado fica obrigada a:

- a) entregar o objeto mediante solicitação da Secretaria responsável, observadas às condições estipuladas neste edital, no Anexo I, na proposta, na Ata de Registro de Preços e na nota de empenho;
- b) fornecer os produtos constantes nesse registro de preços de forma parcelada por um período de 12 meses.

5.2. O(s) detentor(es) da Ata de Registro não se eximirão das penalidades correspondentes, na hipótese de inexecução contratual.

CLÁUSULA VI – DA ENTREGA DO OBJETO DA LICITAÇÃO

6.1. O objeto somente será recebido quando o fornecimento obedecer às especificações contidas no Memorial Descritivo – Anexo I do edital.

6.2. Os produtos deverão ser entregues acondicionados adequadamente, de forma a permitir completa segurança durante o transporte.

6.3. Os volumes contendo os produtos deverão estar identificados externamente com os dados constantes da nota fiscal/fatura e o endereço de entrega.

6.4. O objeto somente será recebido se estiver plenamente de acordo com as especificações constantes do Edital e seus anexos e da proposta apresentada pelo adjudicatário da Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA VII– DO PAGAMENTO

7.1. O fornecimento objeto desta licitação, após ser recebido e conferido pela Secretaria requisitante, terá sua nota fiscal encaminhada ao Tesouro Municipal, o qual efetuará o pagamento preferencialmente, através de depósito bancário (Banco do Brasil, Agência 467-7, na conta corrente nº 659-9) no prazo de até 30 (trinta) dias, após sua liquidação.

7.2. Quando for constatada qualquer irregularidade na Nota Fiscal/Fatura, será imediatamente solicitada à contratada carta de correção, quando couber, ou ainda pertinente regularização, que deverá ser encaminhada a Secretaria de Finanças no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

7.2.1. Caso a contratada não apresente carta de correção no prazo estipulado, o prazo para pagamento será recontado, a partir da data da sua apresentação.

7.3. As despesas decorrentes destas aquisições, correrão por conta da seguinte dotação orçamentária: 0219-3.3.90.32-0824400342090.



**PREFEITURA DE
SANTANA DE PARNAÍBA**

Estado de São Paulo

CLÁUSULA VIII – DO VALOR REGISTRADO

Item	Qtde	Un Med.	Especificação	Marca/ Fabricante	Valor Unit.	Valor Total
1	33.600	und.	Cesta básica para distribuição a munícipes carentes, composta pelos itens e quantidades detalhados nas especificações do item 2.1 do Anexo I – Memorial Descritivo do edital.	JV	R\$ 100,50	R\$ 3.376.800,00
					Valor Total	R\$ 3.376.800,00

CLÁUSULA IX – DO REGIME DE EXECUÇÃO

9.1. O regime de execução é preço unitário por item.

CLÁUSULA X – DAS SANÇÕES

10.1. Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará sujeita às sanções estipuladas nas Leis nºs 8.666/93, 10.520/02, na Lei Municipal nº 2700/06 e no Decreto 2805/06, sem prejuízo das multas previstas no instrumento convocatório e demais penalidades legais;

10.2. A detentora da Ata de Registro de Preços responsável pelo fornecimento do objeto, no caso de inadimplemento, ficará sujeita às sanções previstas nos subitens abaixo:

10.2.1. O atraso injustificado no fornecimento do objeto ou descumprimento das obrigações estabelecidas na Ata de Registro sujeitará a licitante vencedora à multa de 0,1% (hum décimo por cento) por dia e por ocorrência, sobre o valor total da Ata de Registro, até o máximo de 15 (quinze) dias, recolhido no prazo de 30 (trinta) dias, uma vez comunicado oficialmente. No caso da paralisação injustificada na entrega do objeto, será aplicada a licitante vencedora a multa correspondente a 0,1% (hum décimo por cento) do valor da Ata de Registro, pelo atraso superior a 5 (cinco) dias e até o máximo de 15 (quinze) dias.

10.2.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Pregão, a Prefeitura poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à licitante vencedora as seguintes sanções:

10.2.2.1. advertência;

10.2.2.2. multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor total contratado, no caso de inexecução da Ata de Registro, recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da comunicação oficial;



**PREFEITURA DE
SANTANA DE PARNAÍBA**

Estado de São Paulo

- 10.2.2.3.** suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de até 2 (dois) anos, segundo a natureza e a gravidade da falta cometida;
- 10.2.2.4.** declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a licitante ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior.
- 10.3.** Pelos motivos que se seguem, principalmente, a licitante vencedora estará sujeita às penalidades tratadas no item anterior:
- 10.3.1.** pela recusa injustificada em assinar a Ata de Registro de Preços;
- 10.3.2.** pelo descumprimento de alguma outra condição estipulada no Edital e em sua proposta;
- 10.4.** Além das penalidades citadas, a licitante vencedora ficará sujeita, ainda, ao cancelamento de sua inscrição no Cadastro de Fornecedores da Prefeitura e, no que couber, às demais penalidades referidas no Capítulo IV da Lei n.º 8.666/93;
- 10.5.** Comprovado o impedimento ou reconhecida a força maior, devidamente justificado e aceito pela Prefeitura, a licitante vencedora ficará isenta das penalidades mencionadas no item 10.2.2.
- 10.6.** As sanções de advertência, suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração, e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas à licitante vencedora juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

CLÁUSULA XI – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

- 11.1.** Este instrumento é regido pela Lei federal n.º 10.520, de 17 de Julho de 2002, aplicando-se, subsidiariamente, no que couberem, as disposições da Lei federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei Municipal n.º 2700 de 10 de Fevereiro de 2006 e do Decreto Municipal n.º 2805/06, 2794/06, 3286/11 e 3360/11, Lei Complementar 123/06 alterada pela 147/14 e pelas cláusulas e condições aqui previstas, bem como pelas disposições contidas no Edital e seus anexos.



**PREFEITURA DE
SANTANA DE PARNAÍBA**

Estado de São Paulo

CLÁUSULA XII - DO FORO

12.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Santana de Parnaíba, Estado de São Paulo, para dirimir as eventuais dúvidas surgidas na execução desta Ata de Registro de Preços, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja

E, por estarem assim justos e contratados, firmam as partes este instrumento em 04 (quatro) vias de igual teor, na presença das duas testemunhas adiante identificadas.

ELVIS LEONARDO CEZAR
Prefeito Municipal

GILSON BATISTA DE SANTANA
Procurador

Testemunhas:

1. _____
Arnaldo Sales
RG-15.903.273

2. _____
Erica Soares de Lima Oliveira
RG-27.638.746-6